



FORMULÁRIO - VII

Instrução Normativa nº. 004/2009/GAB/SEMFAZ

REQUERIMENTO DE HABITE-SE

➤ Documentos Necessários

I. PESSOAS NATURAIS

- a) Cédula de identidade;
- b) CPF.

II. PESSOAS JURÍDICAS

- a) Atos constitutivos, compostos de contrato ou estatuto sociais e alterações, registrados no órgão competente ou lei de criação quando se tratar de órgão público;
- b) CNPJ;
- c) Documentos pessoais do(s) requerente (s), se pessoa física;
- d) Se pessoa jurídica: Contrato social e alterações (Ltda.), estatuto e ata de assembléia (S/A) registrados no órgão competente, CNPJ e documentos pessoais do representante legal;

1. Requerimento padrão da SEMFAZ;
2. Certidão de Regularidade Fiscal do Imóvel, art. 265 LC 199/2004 (atualizada); exceto em zona rural;
3. Cópia da Licença de Construção, nos casos de ausência do processo original;
4. Certificado de aprovação final do Corpo de Bombeiros (relacionando aos projetos de segurança e proteção contra incêndio e pânico), em obras de igual ou acima de 750m² (Resolução nº. 56 de 26.03.2007) ou igual e superior a 12m (art. 76 Decreto nº. 8987 de 08.02.200), posto de venda de combustíveis e seus derivados, revenda de GPL classificada como classe 4 ou mais, casa de fogos de artifícios, depósitos de explosivos, de munição, arquivos, museus, cartórios, centros telefônicos, central de computação, estação de rádio ou televisão, subestação de distribuição de energia elétrica e similares (Resolução nº. 54 de 01.02.2006), exceto em residências uni familiar;
5. Termo de Recebimento Definitivo (TRD) emitido pela Secretaria Municipal de Transporte - SEMTRAN (impacto de trânsito), em obras de igual ou acima de 500m² (art. 93 CTB – Lei nº. 9.503 de 23.09.1997);
6. Certidão de viabilidade ou licença ambiental – LP, LI e LO (SEMA – Secretaria Municipal do Meio Ambiente), conforme art. 52 e 53 da Lei Complementar nº. 138 de 28/12/2008 e Decreto nº 8.746 de 18/10/2002 no seu Art. 2º (empreendimentos relacionados no anexo I); Exceto para residências unifamiliar;
7. Taxa de abertura do processo – original e devidamente paga;
8. Cópia do Contrato de prestação de serviço da obra nos casos de pessoa jurídica, se executado para terceiros, salvo se apresentado no processo de licenciamento de obras; sendo facultativo às pessoas físicas.

➤ OBS.:

- a) As cópias de documentação deverão ser acompanhadas das originais para conferência.